

Relatório da Base de Abastecimento (SBR)

www.sbp-cert.org



Completed in accordance with the Supply Base Report Template Version 1.3

For further information on the SBP Framework and to view the full set of documentation see www.sbp-cert.org

Document history

Version 1.0: published 26 March 2015

Version 1.1 published 22 February 2016

Version 1.2 published 23 June 2016

Version 1.3 published 14 January 2019

© Copyright The Sustainable Biomass Program Limited 2019

Conteúdos

1	Informação Geral	1
2	Descrição da Base de Abastecimento	2
2.1	Descrição Geral	2
2.2	Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima	9
2.3	Programa de amostragem de corte final	9
2.4	Fluxograma de entradas de matéria-prima, mostrando o tipo de matéria-prima [opcional]	9
2.5	Quantificação da Base de Abastecimento	9
3	Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)	11
4	Avaliação da Base de Abastecimento	12
4.1	Âmbito	12
4.2	Justificação	12
4.3	Resultados da Avaliação de Riscos	12
4.4	Resultados do Programa de Verificação a Fornecedores	12
4.5	Conclusão	12
5	Processo de Avaliação da Base de Abastecimento	13
6	Consulta de Partes Interessadas	14
6.1	Resposta aos comentários das Partes Interessadas	14
7	Visão Geral da Avaliação de Risco Inicial	15
8	Programa de Verificação de Fornecedores	16
8.1	Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores	16
8.2	Visitas de campo	16
8.3	Conclusões do Programa de Verificação de Fornecedores	16
9	Medidas de Mitigação	17
9.1	Medidas de Mitigação	17
9.2	Monitorização e resultados	17
10	Evidências Detalhadas dos Indicadores	18
11	Revisão do Relatório	19
11.1	Revisão pelos pares	19
11.2	Revisões públicas ou adicionais	19
12	Aprovação do Relatório	20

13	Atualizações.....	21
13.1	Mudanças significativas na base de abastecimento	21
13.2	Eficácia das medidas de mitigação anteriores	21
13.3	Novas classificações de riscos e medidas de mitigação	21
13.4	Valores reais de matéria-prima ao longo dos últimos 12 meses	21
13.5	Valores previstos de matérias-primas ao longo dos próximos 12 meses.....	22

1 Informação Geral

Nome do produtor: José Afonso & Filhos, SA. (JAF)

Localização: Zona Industrial de Açude Pinto. 6160-301 - Oleiros - PORTUGAL

Posição geográfica: 37º 06' 25.06" N, -7º 66' 21.27" W

Pessoa de Contacto: Francisco Fernandes
 Zona Industrial de Açude Pinto. 6160-301 - Oleiros – PORTUGAL
 Telefone: 00351 272 680 110, email: comercial@jaf-madeiras.com

Website: <http://www.jaf-madeiras.com>

Data do Relatório: 31/01/2020

Fecho última Auditoria: 08/04/2019, Oleiros.

Entidade Certificadora: NEPCon Spain I C

Tradução para Inglês: Sim

Normas SBP utilizadas: Standard 2 version 1.0, Standard 4 version 1.0, Standard 5 version 1.0

Weblink para as Normas: <http://www.sustainablebiomasspartnership.org/documents>

Avaliação de Risco Regional reconhecida pelo SBP: não aplicável

Weblink para SBE: não aplicável

Weblink par SBR: <http://www.jaf-madeiras.com/en/certificacao/default.html>

Indicate how the current evaluation fits within the cycle of Supply Base Evaluations				
Main (Initial) Evaluation	First Surveillance	Second Surveillance	Third Surveillance	Fourth Surveillance
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X

2 Descrição da Base de Abastecimento

2.1 Descrição Geral

José Afonso & Filhos, SA. (JAF) foi criada em 1990, situada no interior da povoação de Oleiros, Distrito de Castelo Branco, sendo nessa altura uma pequena serração de madeiras.

Nos últimos anos, a serração foi por diversas vezes modernizada, tendo atualmente 8 linhas de serração de madeira, com as quais produz cerca de 60.000 m³/ano.

Junto a serração, em 2008 foi construída e colocada em laboração a fábrica de pellets, com capacidade atual de 70.000 t ano, e em 2010, foi construída e colocada em laboração a fábrica de Briquetes, com capacidade para cerca de 7.000 tano.

Com esta estrutura, a **JAF** consegue otimizar suas operações e o aproveitamento da matéria-prima lenhosa.

A empresa adquire madeira em rolo, estilhas e serradura, essencialmente de Pinho ou Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), como matéria-prima para seus processos industriais (serração, fábrica de pellets e fábrica de briquetes). Para processos de secagem, para além da biomassa de Pinho (faxina, cascas, resíduos e sobrantes), também pode ser utilizada faxina e sobrantes de Eucalipto (*Eucalyptus* spp.).

A madeira adquirida em pé ou em pilha, esta com pouca expressão, proveio em 2019 de áreas florestais de Portugal (90%) e de Espanha (10%). Em Portugal, a exploração florestal e o transporte ficaram essencialmente a cargo da própria empresa, atividades executadas no âmbito do seu Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia, e outros fornecedores de madeira de pinho. Em Espanha, a exploração é feita por empresas contratadas, sendo o transporte feito pela própria empresa.

De Portugal, a madeira proveio essencialmente da região centro, de áreas florestais pertencentes maioritariamente aos distritos de Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Leiria, Lisboa, Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda e Bragança.

De Espanha, a origem da madeira foi principalmente áreas florestais localizadas próximo às fronteiras com Portugal, pertencentes as Comunidades Autónomas da Galiza, Castela e Leão e Estremadura, havendo atualmente a possibilidade de ter origem em qualquer região de Espanha, uma vez que a empresa tem expandido seus mercados e procura rentabilizar o transporte com a aquisição de madeira próximas dos locais de entrega.

A madeira em rolo (Para serração ou trituração) e a biomassa (faxina, casca e sobrantes da exploração) adquirida “na porta da fábrica” proveio exclusivamente de áreas florestais de Portugal, principalmente do distrito de Castelo Branco e vizinhos, sendo fornecida por 47 pequenas e médias empresas que compram a madeira em pé e fazem a exploração e o transporte do material.

A madeira triturada (estilha e serradura) que é adquirida “na porta da fábrica”, proveio de fornecedores que entregam o material produzido (estilha) ou resultante do processo de serragem (serradura) de 14 serrações

de Pinheiro-bravo, as quais, por sua vez, também se abastecem de madeira oriunda de áreas florestais de Portugal, principalmente das proximidades das mesmas, podendo no limite ter madeira oriunda de qualquer região do país, bem como de Espanha, principalmente de áreas junto as fronteiras, desde a Galiza até a Estremadura.

Portanto, a área de abastecimento inclui o território continental Português e potencialmente todo o território continental Espanhol.

Em Portugal, o consumo de madeira de Pinho situou-se na ordem dos 3,83 M m³ em 2017. Estima-se que a disponibilidade seja de 2,25 M m³, resultando num défice anual de 1,58 M m³. A indústria da produção de pellets consome atualmente cerca de 0,73 milhões de toneladas de biomassa ao ano, tendo 26 unidades de produção no país (Fonte: Centro PINUS, 2018.).

A **JAF** produz cerca de 90.000 t/ano de pellets, tendo um nível de consumo de matéria-prima florestal na ordem das 145.000 t/ano.

Relativamente às serrações, estas são mais numerosas na região, mas com dimensões e consumos menores.

Existe ainda, a Indústria de celulose em Portugal que consome cerca de 6.000.000 t/ano de Eucalipto.

O sector florestal da Península Ibérica, é uma riqueza estratégica do ponto de vista ambiental, económico e social. Ao considerarmos a Península Ibérica como uma unidade dentro da UE, esta apresenta um total de 28.715.000 ha de carácter florestal, sendo 48% da superfície dos dois países Portugal e Espanha, deixando a Península Ibérica em 4º lugar depois de países importantes como a Suécia, Finlândia e França.

A superfície florestal explorada na Península Ibérica, totaliza 8.852.000 ha (15% do território), menos que os países mais florestais, mas bastante acima do resto da UE, da qual se extraem aproximadamente 25,5 milhões de m³ anuais.

Portugal tem aproximadamente 9.8 milhões de habitantes e 8.7 milhões de hectares de área.

De acordo com o último Inventário Florestal Nacional (IFN6 – Principais resultados – relatório sumário, ICNF, 2019.), a floresta, que inclui terrenos arborizados e temporariamente desarborizados (superfícies cortadas, ardidadas e em regeneração) é o principal uso do solo nacional (36%), representando uma das maiores proporções de áreas florestadas da Europa.

A floresta do Continente é dominada por espécies autóctones, salientando-se os carvalhos (incluindo sobreiro e azinheira, cerca de 36% do total) e os pinheiros (cerca de 30%). Os eucaliptais ocupam 26% da superfície florestal e a restante área é distribuída por espécies de menor expressão (incluindo castanheiros, alfarrobeira, acácias, medronheiro, choupos, espécies ribeirinhas e outras resinosas).

O IFN6 apresenta ainda as seguintes conclusões:

- Os espaços florestais (floresta, matos e terrenos improdutivos) ocupam 6,1 milhões de hectares (69,4%) do território nacional continental.

- A tendência de diminuição da área de floresta, que se verificava desde 1995, inverteu-se em 2015, registando-se com este inventário um aumento de 59 mil ha (1,9%) face a 2010 (data da última avaliação).
- A floresta nacional é maioritariamente constituída por espécies florestais autóctones (72%), embora algumas ocupando territórios maiores que a sua origem geográfica.
- Em termos estruturais, funcionais e paisagísticos, a floresta do continente pode ser organizada em quatro grandes grupos, ou formações florestais: pinhais (constituídos por povoamentos de pinheiro-bravo e pinheiro-manso); folhosas perenifólias (“montados”, sobreirais e azinhais); folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras); e as folhosas silvo-industriais (eucaliptais).
- Os “montados”, sobreirais e azinhais são a principal ocupação florestal, com cerca de 1 milhão de hectares e representando um 1/3 da floresta. São ecossistemas florestais de uso múltiplo, os quais não têm a produção lenhosa como principal função.
- Os pinhais são a segunda formação florestal, com uma área próxima de 1 milhão de hectares, sendo os ecossistemas florestais com maior redução na área ocupada. A diminuição da área deve-se aos pinhais de pinheiro-bravo, muito afetados pelos incêndios e pragas (sendo a mais expressiva o nemátodo), a qual supera o significativo aumento da área de pinhal de pinheiro-manso (20,5 mil ha; 12% entre o IFN5 e IFN6). Contudo, no período entre 2010 e 2015, a área de pinheiro-bravo, registou uma desaceleração muito significativa face à acentuada tendência de diminuição que se verificava desde 1995 (IFN4), o que revela a extraordinária resiliência destes pinhais às perturbações.
- As folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras) são a formação florestal menos representativa em área ocupada, embora se registre um aumento sistemático ao longo dos últimos 20 anos, sendo esta mais significativa no período entre os dois últimos inventários (2005 e 2015) (46 mil ha; 17%).
- Os eucaliptais ocupam 844 mil ha, cerca de 26% da floresta continental e apresentando um sistemático incremento ao longo dos últimos 50 anos.
- Os matos e pastagens representam a segunda categoria mais expressiva de uso do solo (31%). Os matos têm um aumento contínuo desde 1995.
- Em 2015, Portugal tinha 172 milhões de metros cúbicos (Mm³) de madeira em crescimento, valor idêntico ao que se verificou no IFN5 (2005).
- A manutenção dos volumes de madeira entre os dois últimos inventários revela que neste período a produção florestal, em termos globais, pode ser considerada como sustentável, na medida em que os cortes de madeira e perdas por incêndios ou pragas estiveram em equilíbrio com o crescimento da floresta. Contudo, esta análise efetuada para as principais espécies com utilização lenhosa revela uma situação distinta.
- O volume de madeira em crescimento (i.e. das árvores vivas) de pinheiro-bravo apresenta uma diminuição de 30,2 Mm³ em relação ao IFN anterior, cifrando-se em 2018 nos 51,8 Mm³. O volume de madeira em crescimento de eucalipto mantém-se constante desde o IFN5 (44 Mm³), apesar do aumento

de área de cerca de 58 mil ha. Ou seja, a disponibilidade de madeira de pinheiro-bravo está em diminuição e a de eucalipto não acompanha o aumento da área.

- Ao nível da biomassa lenhosa e do carbono armazenado nas árvores vivas em espaços florestais, verifica-se um aumento em ambos os valores, resultante da alteração da composição específica da floresta, e parcialmente da melhoria dos métodos de avaliação.
- O IFN6 caracteriza o estado da floresta em 2015 o qual é forçosamente diferente da sua situação atual, em consequência da dinâmica própria dos ecossistemas florestais e, em particular, dos severos incêndios rurais de 2017 e de 2018 (Monchique). O impacto destas perturbações e das dinâmicas de arborização/rearborização e de exploração dos recursos serão devidamente avaliados no próximo IFN, cujo início está previsto para o próximo ano. Contudo, é possível efetuar estimativas aproximadas das consequências destes incêndios rurais com base nos dados existentes do IFN6 e das superfícies afetadas. Assim, estima-se que estes incêndios tenham afetado uma área arborizada de 329,4 mil ha.

A propriedade florestal é maioritariamente privada, com 2,8 milhões de hectares, ou seja, 84,2% da área total detida por pequenos proprietários de cariz familiar dos quais 6,5% são pertencentes a empresas industriais. Cerca de 85% da floresta portuguesa está em propriedade privada, apenas 3% pertence ao Estado (a menor percentagem da Europa), e os restantes 12% são baldios, pertencendo às comunidades locais.

A dimensão da propriedade florestal tem uma distribuição geográfica muito marcada, sendo que o grande número de prédios se situa no Norte e Centro, onde as explorações chegam a atingir dimensões com menos de 1 hectare. Estima-se que existem mais de 400 000 proprietários florestais no país.

Apesar do elevado número de proprietários e a pequena dimensão da propriedade florestal, os bens produzidos por esta via criam no seu conjunto 5% do VAB (Valor acrescentado bruto) da economia, representando cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 14% do PIB industrial.

A floresta em Portugal é a base de um sector da economia que gera mais de 260 000 de postos de trabalho diretos e indiretos (113 mil empregos diretos) representando 5% do emprego industrial.

A estrutura empresarial portuguesa na fileira florestal conta com algumas das mais representativas empresas europeias do sector. Do ponto de vista de transações para o mercado internacional de produtos florestais e de base florestal, os mais importantes são: papel e cartão, pasta de papel, cortiça, madeira e produtos de resina e mobiliário.

De acordo com a informação constante no relatório de caracterização da fileira florestal 2014, promovido pela Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (AIFF), para o período temporal de referência 2011-2013, a balança comercial associada às indústrias da fileira florestal apresenta um saldo positivo de 2.474 milhões de euros (2013), correspondendo a 9,1% do total das exportações nacionais de bens e a 3,4% do total das importações nacionais de bens. A fileira florestal representa ainda 2,2% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal e 1,7% do total de população empregada.

Em 2012, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura apresentou um aumento de 3,9% em volume e 2,4% em valor, relativamente a 2011. No que se refere à Produção da Silvicultura registou-se igualmente

um aumento de 4,3% em volume e de 3,6% em valor, relativamente a 2011. Neste mesmo ano, o VAB das indústrias da fileira florestal representou 1,2% do VAB nacional, tendo mantido um peso significativo na totalidade das indústrias transformadoras (cerca de 11%).

Porém, de acordo com o Centro PINUS (Associação para a Valorização da Floresta de Pinho), segundo dados publicados recentemente pelo INE (Instituto Nacional de Estatísticas), o Volume de Negócios em 2018 das empresas industriais da Fileira do Pinho foi de 4.137 milhões de euros, o que representou um crescimento de 6% face a 2017. A Fileira do Pinho representa 46% do Volume de Negócios das empresas transformadoras da Fileira Florestal em Portugal, considerando este valor como uma evidência do grande dinamismo e relevância económica da Fileira do Pinho em Portugal.

Segundo Pedro Sebastião Perestrelo de Souza e Holstein Campilho, no sua tese Avaliação do Potencial Nacional para o Aproveitamento de Biomassa Florestal para Fins Energéticos, publicado em 2010, a tendência de perda de sustentabilidade socioeconómica do sector florestal Português verificada nos últimos anos, quando complementada com uma conjectura de incentivo à produção de energias renováveis, traduz-se num conjunto de desenvolvimentos os quais potenciam a procura de biomassa proveniente de resíduos de exploração florestal para um aproveitamento energético. A procura de biomassa tende a ser satisfeita no curto prazo, em cenários tendencialmente sustentáveis. No entanto, numa projeção a médio e longo prazo, mesmo sem considerar incrementos significativos na procura deste recurso, traduz uma dificuldade de satisfação do mercado estabelecido, em condições de sustentabilidade semelhantes às verificadas no curto prazo.

De acordo com o “Diagnóstico del Sector Forestal Español” Análisis y Prospectiva - Serie Agrinfo/Medioambiente nº 8”, Espanha tem 18,4 milhões de ha de superfície florestal, representando 36,3% do território nacional, sendo a terceira maior extensão dos países europeus. Atualmente, 68,6 % da superfície florestal nacional é privada e 31,4% é pública, principalmente de autoridades locais (Ayuntamientos).

Existe uma enorme diversidade, tanto na quantidade de espécies presentes como na variedade de formações florestais. De acordo com o Inventario Florestal Nacional, mais de 80% das áreas florestais são compostas de duas ou mais espécies.

Segundo a publicação “Criterios e Indicadores de gestión forestal sostenible en los bosques españoles” do MINISTERIO DE AGRICULTURA, ALIMENTACIÓN Y MEDIO AMBIENTE de Espanha, o volume de madeira com casca, de acordo com o 3º Inventario Florestal Nacional, alcança a cifra de 927,76 milhões de m³. A produção média anual de madeira e lenha, segundo os dados disponíveis (2005-2009) foi de 17,19 milhões de m³ com casca – 14,45 milhões de m³ sem casca.

45% da produção média corresponde a cortes de resinosas, 35% de folhosas e 20% são misturas de diversas espécies. As principais espécies produtoras de madeira são o Eucalipto, Pinho Bravo, Pinho Radiata, Pinho silvestre e Choupo, todos com produções anuais próximas ou superiores a 500 mil m³.

Entre 1970 e 2010 a superfície florestal em Espanha aumentou cerca de 6,48 milhões de ha. Entre 1990 e 2010 o crescimento foi de 31%: 4,4 milhões de ha, com um ritmo médio de 210.000 há/ano. É o país da Europa com maior crescimento.

A silvicultura e exploração florestal, a indústria da madeira, e o papel produziram em 2009 um VAB de 6.635 milhões de euros, representando uma contribuição direta de 0,63% ao PIB nacional.

Na silvicultura e exploração florestal somavam em 2013 uma média de 31.000 trabalhadores ativos, enquanto a indústria de base florestal (madeira, cortiça e papel) somava 104.600 ativos.

As florestas de Pinho são normalmente conduzidas em um sistema de Alto-fuste, e podem ser formadas a partir do aproveitamento da regeneração natural, por sementeira ou por plantação.

Nos casos do aproveitamento da regeneração natural e por sementeira, na fase inicial as operações se destinam ao reduzir gradualmente a densidade das plantas para 1200 a 1600 árvores/ha, inicialmente em faixas e depois seletivamente, com gradagem ou roçadas mecânicas ou manuais. A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1 a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais. Nos casos do aproveitamento da regeneração natural, no corte final são deixadas cerca de 25 árvores de grande porte/ha como sementões.

Nos casos de plantação, procede-se a preparação do terreno com gradagem, ripagem e subsolagem, em curva de nível para áreas com declives até 30%, acima do que a preparação e plantação é manual. A densidade do plantio depende da qualidade da estação, de 1200 a 1600 árvores/ha.

A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais.

A silvicultura do Eucalipto baseia-se na instalação e no corte raso da floresta, normalmente entre os 10 e os 15 anos, com o aproveitamento total da madeira, retirada do local com ou sem casca (Talhada Simples). Prioritariamente é feita a condução em talhadia por mais 1, 2 ou até 3 cortes, procedendo-se a uma seleção de rebentos, após cada corte. A partir do último corte considerado produtivo, a área é então reflorestada.

Em povoamentos mistos com o Pinheiro-bravo, o sistema baseia-se num desbaste da floresta de maneira a deixar um percentual de árvores remanescentes para aproveitamento futuro fazendo a condução dos rebentos das cepas das árvores de Eucalipto cortadas (Talhada composta).

Uma plantação de Eucalipto inicia-se com a preparação de terreno, que consiste normalmente no destroçamento e incorporação localizada do material lenhoso existente, seguido de mobilização do solo (gradagem, ripagem, subsolagem).

A fertilização depende da qualidade da estação e das condições do proprietário, sendo a plantação feita com uma densidade que varia idealmente entre 1.100 e 1.300 plantas por hectare. Entre o segundo e o sexto ano é recomendada uma 2ª fertilização e o controlo da vegetação concorrente.

A seleção de rebentos é feita aos dois ou três anos, mantendo um número de varas por hectare correspondente à densidade inicial de plantação.

Na grande maioria dos casos, o corte é efetuado entre os 10 e os 15 anos. O sistema base de exploração assenta na combinação da utilização do trator processador e do trator carregador, normalmente com pré-abate com motosserra.

A elaboração de PGF é uma obrigação legal em algumas propriedades privadas (dependendo da sua dimensão e do definido no respetivo Plano Regional de Ordenamento do Território onde se inserem) assim como nas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

Em Novembro de 2018 (data da última informação disponível do ICNF), existiam mais de 3.000 PGF aprovados (1.72 milhões de hectares), representando 31% da área florestal em Portugal Continental.

Em Portugal não é necessária autorização específica para o corte, exceto para Sobreiro e Azinheira e para cortes em áreas protegidas ou classificadas. Para o abate de Pinheiros é necessário emitir o manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas (Decreto-Lei nº 123/2015, de 3 de julho), que diz respeito à aplicação das medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP).

Em Espanha, para áreas privadas, se existe PORF (Plano de Ordenamento Florestal) ou instrumentos de gestão, o proprietário deve notificar o corte ao órgão florestal da Comunidade Autónoma (CCAA). Caso contrário, deve comunicar seu Plano de Corte ao órgão florestal da CCAA atendendo a normativa autonómica. As áreas públicas são reguladas pelo órgão florestal da CCAA.

A CITES – Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) não identifica espécies madeireiras nas suas listas para Portugal e Espanha.

Proporções dos Grupos de Produtos de matéria-prima referente ao ano de 2018

Grupos de Produto	Certificação	Nº Fornecedores	Espécie	Quantidade (t)	%
Controlled Feedstock	FSC CW / Origens Controladas PEFC (*)	14 e a própria JAF	Pinho	140.828,0	96,5
SBP-compliant Secondary Feedstock	PEFC	JAF	Pinho	5.054,8	3,5

2.2 Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima

A empresa tem feito contacto direto com cada um de seus fornecedores procurando sensibilizá-los para a importância de fornecerem material certificado (FSC ou PEFC), chamando a atenção das exigências crescentes por parte dos mercados e consumidores acerca da origem legal e sustentável dos produtos florestais, incluindo a biomassa para produção de energia.

O responsável pelas compras de madeira em pé ou em pilha tem também sensibilizado o produtores e proprietários florestais, alertando para as mais-valias de serem a gestão das suas áreas certificadas, seja individualmente, seja através de iniciativas de grupo reconhecidas pela empresa.

Além disto, os responsáveis da empresa têm participado de eventos relacionados com a gestão e certificação florestal, procurando recolher informações e dar seu contributo para o desenvolvimento do assunto, sobretudo em Portugal.

2.3 Programa de amostragem de corte final

A empresa utiliza rolaria com origem em cortes finais de áreas florestais com período de rotação superior a 40 anos apenas para a produção de madeira serrada na sua serração, não utilizando a mesma para a produção de pellets. Utiliza apenas os sobrantes da exploração (galhos, ponteiras, etc) e material secundário na produção de pellets.

2.4 Fluxograma de entradas de matéria-prima, mostrando o tipo de matéria-prima [opcional]

2.5 Quantificação da Base de Abastecimento

Base de Abastecimento

- | | | |
|-----------------------------------|--|-------------------------|
| a. Área da Base de Abastecimento: | 21,5 milhões ha | |
| b. Tipo de propriedade: | Privada: 15,8 milhões ha | Publica: 5,7 milhões ha |
| c. Tipologia Florestal: | Floresta temperada: 21,5 milhões ha | |
| d. Tipo de Gestão Florestal: | Plantações: 16,9 milhões ha; Natural/Seminatural: 4,6 milhões ha | |
| e. Áreas Certificadas: | FSC: 773.983 ha | PEFC: 2.519.151 ha |

Matéria-prima

- f. Volume total de matéria-prima: 0 – 200.000 t (145.883 toneladas)
- g. Volume de matéria-prima primária: 0 – 200.000 t (0 toneladas)
- h. Percentagem por categorias de matéria-prima primária:
 - Gestão Florestal Certificada por iniciativa aprovada SBP: 0% (0 toneladas)
 - Não Certificada por iniciativa de Gestão Florestal aprovada SBP: 0% (0 toneladas)
- i. Espécies presentes na matéria-prima primária:
 - Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)
 - Pinho radiata (*Pinus radiata*)
 - Pinho manso (*Pinus pinea*)
 - Eucalipto (*Eucalyptus spp*) – Apenas para produção de energia
- j. Não há matéria-prima com origem em florestas primárias (naturais virgens ou intocadas).
- k. Percentagem de Matéria-prima primária oriunda de Gestão Florestal Certificada por iniciativa aprovada SBP – 0 %
Percentagem de Matéria-prima primária oriunda de Gestão Florestal Não Certificado por iniciativa aprovada SBP – 0 %
- l. Volume matéria-prima secundária: 145.883 toneladas - 5. 80% - 100% (100%)
- m. Volume de matéria-prima terciária: 0 toneladas - 1. 0%-19% (0 %)

Previsões para 2020:

Para o ano seguinte, não são expectáveis grandes alterações no perfil de abastecimento, iremos manter as diretrizes dos programas de produção de pellets, mantendo as previsões nas mesmas ordens de grandeza deste período.

Com os esforços da empresa no sentido de incentivar o fornecimento de material de origem certificada (FSC ou PEFC), espera-se que possam existir valores para estas categorias de material no próximo ano.

3 Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)

SBE exigida	SBE não exigida
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Toda matéria-prima florestal consumida é certificada pelo FSC ou PEFC, ou é material não certificado, controlado no âmbito do Sistema de Gestão da Cadeia de Responsabilidade da empresa, o qual está certificado de acordo com a norma FSC-STD-40-005 Standard for Company Evaluation of FSC Controlled Wood e PEFC ST 2002:2013: Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements.

4 Avaliação da Base de Abastecimento

4.1 Âmbito

Não Aplicável.

4.2 Justificação

Não Aplicável.

4.3 Resultados da Avaliação de Riscos

Não Aplicável.

4.4 Resultados do Programa de Verificação a Fornecedores

Não Aplicável.

4.5 Conclusão

Não Aplicável.

5 Processo de Avaliação da Base de Abastecimento

Não Aplicável.

6 Consulta de Partes Interessadas

Não Aplicável.

6.1 Resposta aos comentários das Partes Interessadas

Não Aplicável.

7 Visão Geral da Avaliação de Risco Inicial

Não Aplicável.

Table 1. Overview of results from the risk assessment of all Indicators (prior to SVP)

Indicator	Initial Risk Rating		
	Specified	Low	Unspecified
1.1.1			
1.1.2			
1.1.3			
1.2.1			
1.3.1			
1.4.1			
1.5.1			
1.6.1			
2.1.1			
2.1.2			
2.1.3			
2.2.1			
2.2.2			
2.2.3			
2.2.4			
2.2.5			
2.2.6			
2.2.7			
2.2.8			
2.2.9			

Indicator	Initial Risk Rating		
	Specified	Low	Unspecified
2.3.1			
2.3.2			
2.3.3			
2.4.1			
2.4.2			
2.4.3			
2.5.1			
2.5.2			
2.6.1			
2.7.1			
2.7.2			
2.7.3			
2.7.4			
2.7.5			
2.8.1			
2.9.1			
2.9.2			
2.10.1			

8 Programa de Verificação de Fornecedores

8.1 Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores

Não Aplicável.

8.2 Visitas de campo

Não Aplicável.

8.3 Conclusões do Programa de Verificação de Fornecedores

Não Aplicável.

9 Medidas de Mitigação

9.1 Medidas de Mitigação

Não Aplicável.

9.2 Monitorização e resultados

Não Aplicável.

10 Evidências Detalhadas dos Indicadores

Não Aplicável.

11 Revisão do Relatório

11.1 Revisão pelos pares

O SBR foi originalmente enviado para um revisor independente. O período de revisão foi de 10 dias. Os comentários recebidos foram devidamente considerados na edição do relatório.

O revisor tem formação técnica e superior na área das Ciências Florestais, obtida em universidades na Suécia e no Canadá. Desde 1982 trabalha com diversas empresas e organizações de base florestal na Suécia, Canadá, Suíça e Portugal, onde reside.

Atualmente trabalha em Portugal, Suécia, Noruega e Canadá como Consultor em Gestão, Formação, Representação e Certificação em Recursos Naturais, e também como Auditor das seguintes iniciativas e referenciais: FSC, PEFC, ISO 9001, ISO 14001, ISO 19011, OHSAS 18001 e GAP analysis.

Esta versão do SBR foi revista de maneira a atualizar os valores de consumo e produção, não tendo havido alterações nas características da base de abastecimento que justificasse uma nova revisão pelos pares.

11.2 Revisões públicas ou adicionais

12 Aprovação do Relatório

Aprovação do Relatório da Base de Abastecimento pela direção da empresa			
Elaboração:	Francisco Fernandes Giovanni de Alencastro	Responsável Comercial Consultor	31/01/2020
	Nome	Cargo	Data
Eu, abaixo assinado, confirmo ser Diretor Geral da empresa e afirmo que o conteúdo deste relatório de avaliação foi devidamente reconhecido como sendo preciso antes da sua aprovação e finalização.			
Aprovado por:	José Luís Afonso	Diretor Geral	31/01/2020
	Nome	Cargo	Data


 José Afonso & Filhos, SA.
 O Administrador

13 Atualizações

13.1 Mudanças significativas na base de abastecimento

Ocorreram algumas alterações nas linhas de produção da serração, com a introdução de novos equipamentos, mais eficientes e com a capacidade de rentabilizar de uma forma mais eficaz a madeira para serração.

Os novos equipamentos permitiram um aumento na capacidade de produção de madeira serrada bem como de estilhas e serradura.

13.2 Eficácia das medidas de mitigação anteriores

Não Aplicável.

13.3 Novas classificações de riscos e medidas de mitigação

Não Aplicável.

13.4 Valores reais de matéria-prima ao longo dos últimos 12 meses

O abastecimento do ano de 2019 é assim caracterizado:

Material	Origem	Espécie	Quantidade (t)
Madeira em rolo adquirida em pé ou em pilha (Para serração ou Trituração)	Espanha	Pinho	12.054,39
	Portugal	Pinho	108.426,64
Madeira em rolo adquirida na porta da fábrica (Para serração ou Trituração)	Portugal	Pinho	78.580,83
Estilha e serradura própria (resíduos da serração)	Portugal	Pinho	65.392,8
Estilha e serradura adquirida na porta da fábrica	Portugal	Pinho	80.623,1
Biomassa própria (casca e outros resíduos da serração)	Portugal	Pinho	4.501,8
Biomassa própria (Sobrantes da exploração florestal)	Portugal	Pinho e Eucalipto	1.494,9
Biomassa adquirida na porta da fábrica (casca e outros resíduos da serração)	Portugal	Pinho	396,1

13.5 Valores previstos de matérias-primas ao longo dos próximos 12 meses

O abastecimento previsto para o ano de 2020 é assim caracterizado:

Material	Origem	Espécie	Quantidade (t)
Madeira em rolo adquirida em pé ou em pilha (Para serração ou Trituração)	Espanha	Pinho	20.000
	Portugal	Pinho	130.000
Madeira em rolo adquirida na porta da fábrica (Para serração ou Trituração)	Portugal	Pinho	70.000
Estilha e serradura própria (resíduos da serração)	Portugal	Pinho	85.000
Estilha e serradura adquirida na porta da fábrica	Portugal	Pinho	70.000
Biomassa própria (casca e outros resíduos da serração)	Portugal	Pinho	2.000
Biomassa própria (sobrantes da exploração florestal)	Portugal	Pinho e Eucalipto	9.000
Biomassa adquirida na porta da fábrica (casca e outros resíduos da serração)	Portugal	Pinho	2.000